

Eixo Temático

4. Educação no Campo, Formação e Trabalho Docente

Título

FORMAÇÃO SUPERIOR UNIVERSITÁRIA ¹DOS JOVENS ²ORIUNDOS DO CAMPO: UMA TRAJETÓRIA EM CONSTRUÇÃO

Autoras

Yolanda Zancanella
Angela Maria Kreuz

Instituição

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste

E-mail

yolandazanca@yahoo.com.br

Palavras-chave

Jovens do Campo; Formação Universitária e Democratização do Ensino Superior.

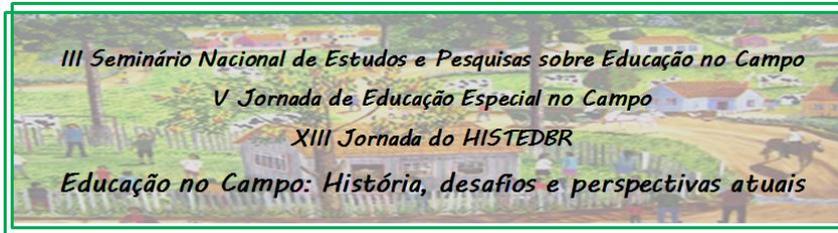
Resumo

O trabalho buscou analisar como os jovens oriundos do campo vivenciam o ingresso em uma Universidade Pública, objetivou compreender que significado tem para os pais e para alunos dos cursos de Pedagogia e Geografia – licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, a formação superior universitária. No desenvolvimento da pesquisa foram entrevistados 13 (treze) graduandos do curso de Pedagogia e 13 (treze) graduandos do Curso de Geografia licenciatura, no período de março de 2014 a novembro de 2014. Os resultados demonstram elementos das experiências dos estudantes sobre ficar ou não no campo e suas perspectivas profissionais mediante a ampliação da sua formação escolar. Os resultados permitem concluir que os alunos oriundos do campo têm consciência da necessidade da formação superior universitária, como instrumento fundamental, para a melhoria das condições de

¹ Este trabalho aborda parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla sobre a formação superior universitária dos jovens do campo.

² Jovem rural é uma categoria pouco conhecida ainda para saber mais consultar. CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



sobrevivência nas comunidades rurais, bem como, a ampliação da capacidade de gerir suas próprias vidas.

Texto Completo

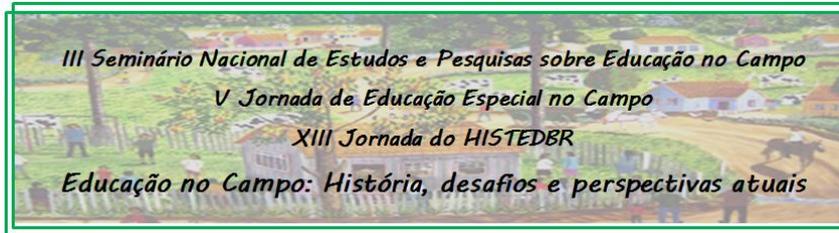
A análise que aqui se insere se ancorou em parte no material coletado na pesquisa de campo com 13 (treze) acadêmicos do curso de Geografia - licenciatura e 13 (treze) do curso de Pedagogia, empregando a pesquisa qualitativa. As questões que nortearam a discussão foram; Como e por que você se mobilizou para buscar a formação universitária? O que o motivou? Como foi a sua trajetória de formação até aqui? Que significado tem para você a formação superior universitária? Com essas apreensões pudemos relacionar os dados obtidos nas entrevistas com outros estudos sobre formação superior universitária do jovem oriundo do campo.

Jovens do Campo e a Busca pela Formação Superior Universitária

O interesse da sociedade pela educação superior universitária tem aumentado significativamente nas últimas décadas, merecendo destaque as discussões sobre o acesso do jovem oriundo do campo a esse nível de ensino, em universidades públicas, por meio de ações dos movimentos sociais do campo e das políticas de ações afirmativas dessa população até então, privada historicamente do acesso à educação, principalmente ao topo escolarização.

Estudiosos no Brasil tem se debruçado sobre a temática das trajetórias de acesso à formação superior na universitária dos jovens do Campo entre eles; Caldart (2002, 2003, 2004), Molina (2004, 2006), Fernandes (2004), Arroyo (2003, 2004), Paludo (2001), Kolling (1999), Jesus (2004), Souza (2006, 2007, 2011), Frigotto (2010), Munarim (2010) (responsáveis ainda pela discussão da renovação da educação do campo em contraponto à Educação Rural, que referencia essa população com uma concepção de pessoas com necessidades assistenciais a serem supridas, atendidas, contextualizando o espaço rural nos documentos oficiais como lugar de atraso. Não seria diferente esse pensamento, porquanto é pensado com base em uma lógica economicista, distante da visão de um lugar de vida, trabalho e construção de significados, saberes e culturas.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



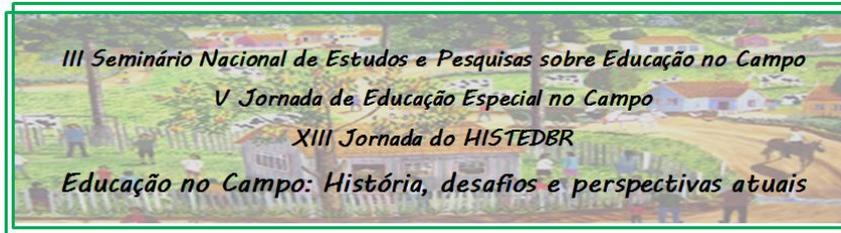
Caracterizado como um local para qual se reportavam políticas compensatórias, ali crescia a dinâmica da exploração capitalista com ênfase no ingresso do agronegócio e na devastação dos recursos e das riquezas naturais. Vigoraram por muito tempo ações de depredação na natureza e de concentração de riqueza, dotação de latifúndios, prática de escravidão, exclusão social e exploração dos mais fracos.

Na época em que a Educação Rural recebeu atenção do Estado, o desenvolvimento de políticas educacionais criou uma pedagogia com práticas pertinentes ao ambiente rural. Nessa linha, de discussão projetos foram desenvolvidos para aplicação na Educação Rural, sendo interessante destacar o apoio financeiro de organismos internacionais.

Embora os pressupostos do Estado buscassem um direcionamento para o meio rural e as necessidades educacionais, Molina (2004) explicita que não havia prévio domínio de conhecimento sobre as vivências, condições e características do ambiente; deste modo, as medidas educacionais tomadas para a Educação Rural tiveram como base formativa a experiência e a vontade dos proprietários de latifúndios, grandes empresários que mantinham o controle político sobre as terras e seus trabalhadores.

Da mesma forma, não poderiam ser diferentes os resultados obtidos a partir de um modelo de desenvolvimento que propicia a abertura de dois leques: de um lado, acentuam-se questões de desemprego e de trabalho no campo, com conseqüente migração de seus membros para o setor urbano; de outro lado, a reação da população encaminha reivindicações ao processo excludente, leva-a a compor organizações e lutas políticas, visando encontrar alternativas de resistência de cunho econômico, político e cultural, em paralelo às iniciativas que abrigam a Educação do Campo.

E, se a Educação Rural tem a definição de seu termo ligada diretamente ao trabalho, força de trabalho humano, como objeto ou mercadoria, fica centrada em um complexo mercadológico e capitalista que traduz a educação no modelo de formação para o trabalho. Entendida a Educação Rural neste desenho, não está sendo considerado o ser humano, o sujeito social, mas este se torna apenas peça de uma textura que o desumaniza e permite vê-lo como objeto.



No que se refere à relação jovem do campo e o diploma superior universitário entendemos que a mesma não pode ser discutida sem considerar os impactos da reforma da Educação Universitária.

De acordo com o Censo da Educação Superior 2010, o número de matrículas de 2001 a 2010 aumentou em 110,1%, perfazendo um total de 6.379.299 matriculados em cursos de graduação – mais que o dobro do número de matriculados em 2001. Entende-se que esse aumento se deu por vários motivos, entre eles a busca por trabalho especializado decorrente do crescimento econômico no país e existência de políticas públicas de incentivo ao acesso e permanência no ensino superior.

A última década revelou aumento de 134% no índice de matrículas no ensino superior, motivadas pela participação das instituições privadas que abrigaram por 70,8% das matrículas no ano de 2003. Mesmo com significativa expansão, o ensino superior continua um desafio, requerendo a ampliação do acesso às instituições públicas de modo a incluir uma população maior de jovens com idades entre 18 e 24 anos que se originam de camadas mais baixas da população (UNESCO, 2009).

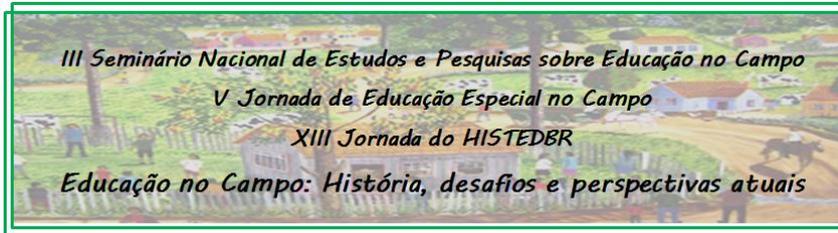
Na trajetória percorrida pela educação superior no Brasil são referidos três períodos distintos: projeto de reforma universitária do governo do presidente João Goulart (1961-1964)³; a ditadura militar⁴, quando foi elaborado um novo projeto de reforma universitária, que começou a ser implantado a partir de 1968 e, em tempo presente, o terceiro projeto de reforma universitária do país, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

No governo de Fernando Henrique Cardoso⁵, o MEC apresentou às universidades concessão de maior autonomia administrativa com o intuito de compensar a escassez financeira mediante exercício de uma gestão menos burocrática, conferindo-lhes, por isso, um caráter político de asfixiamento. Com essas medidas ficou evidente o

³ Indica-se a leitura de Luiz A. Moniz Bandeira. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Brasília: Renavan, 1991.

⁴ Leia-se de Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR; Carlos Benedito Martins. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

⁵ Não é a nossa intenção aprofundar a discussão, para saber mais consultar, CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A Reforma da educação superior no Brasil nos anos 90: diretrizes, bases e ações. In: CATANI, A. M.; OLIVEIRA, R. P. (org.). Reformas educacionais em Portugal e no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.



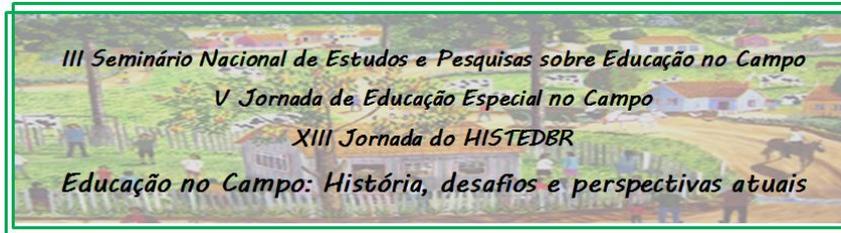
sucateamento das universidades públicas como resultado de diferentes fatores interagentes: cortes de verbas, cessação de concursos públicos para professores e funcionários técnico-administrativos, expansão do ensino superior privado e das matrículas dela decorrentes, destinação de verba pública para as faculdades particulares, aumento no número de fundações privadas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, e ausência de uma política efetiva de assistência estudantil.

Foram ajustes e reformas impostos ao longo do tempo por agentes financeiros internacionais com a finalidade de atender aos interesses econômicos; não foi mensurado, porém, o impacto negativo e os efeitos sociais para grande parcela da população que se viu excluída do acesso ao ensino superior em meio a perdas significativas de benefícios sociais.

A implementação desses ajustes e reformas foi realizada pelo Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, em anúncio sobre a reforma universitária e indicando que os pilares de sua política foram baseados nas recomendações do Banco Mundial: Avaliação Institucional e Exame Nacional de Cursos (Provão); Autonomia Universitária; e Melhoria do Ensino, através do Programa de Gratificação e estímulo à Docência/GED. O teor desses pilares, na verdade, propõe consolidar o projeto neoliberal cujas propostas buscam a autonomia universitária, ou seja, a privatização da universidade pública brasileira, retirando do Estado a responsabilidade de seu financiamento.

Essa reforma universitária, contudo, não foi implementada no Governo de Fernando Henrique Cardoso em todo o seu conteúdo, porque os movimentos sociais organizados de estudantes, professores e técnicos promoveram ações contrárias a esse objetivo.

Com o Governo seguinte, de Luís Inácio Lula da Silva, ao ensino superior foi sugerido um processo de expansão justificado em razão da democratização do acesso e permanência. A metodologia de expansão contou, para o ano de 2006, com ações de diferentes nortes, desenhadas em novas estruturas e expansão de instituições federais para o ensino técnico médio e superior tecnológico, o aumento no número de vagas nas universidades, o fornecimento de bolsas de estudo, parciais ou integrais em instituições



de ensino superior particulares, a criação de política de cotas, dentre outras ações voltadas ao ensino superior.

Segundo Cunha:

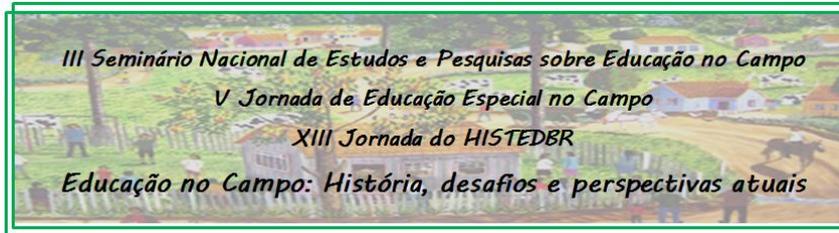
Para que tal política seja exitosa, é fundamental reconhecer as diferenças de expectativas e de formação escolar dos aspirantes ao ensino superior, uma vez que a extensão da escolaridade superior não pode continuar a ser tratada como se fosse uniforme e monocórdica. Assim, o projeto de reforma do ensino superior brasileiro tem-se pautado pela inclusão de grupos sociais e étnico-raciais sub-representações na Educação Superior, redimensionando os espaços tradicionalmente e historicamente associados a um tipo de produção de saber científico. (CUNHA, 2011, p. 267).

Com o lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) o governo de Luís Inácio Lula da Silva teve como intenção o aumento do investimento público e privado em infraestrutura no país, ao mesmo tempo em que promoveu redução de barreiras ao crescimento nacional. No âmbito das políticas públicas educacionais, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) configura-se como uma novidade relevante do Estado para a educação e a formação.

As ações constantes nos objetivos do PDE, com vinculação específica ao ensino superior podem ser destacadas entre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), o Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD), o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), o apoio financeiro à produção de conteúdos educacionais digitais multimídia, o Programa de Extensão Universitária (*Proext*), a Nova Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) o Banco de Professor-equivalente, este, regulamentado pelo Decreto nº 7.485 de 18 de maio de 2011 (BRASIL, 2007; BRASIL, 2011)

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) consistiu em uma das estratégias finais de governo, no ano de 2007, para implementar a reforma na universidade, previamente à aprovação pelo Congresso Nacional de projetos de lei que o regulamentassem.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Na discussão de Cunha (2011), o REUNI, concebe um plano de alargamento da base social de recrutamento de estudantes para o ensino superior, que antes dessa política estavam a margem do processo de acesso e permanência na universidade. Ainda segundo Cunha,

A Universidade não deve ser percebida não apenas como espaço de reprodução, mas de mobilidade social, deve-se analisar se a expansão do acesso esta sendo acompanhada de uma política que cuide da permanência desses jovens na Universidade. No entanto, deve-se ressaltar que o impacto de uma política como essa dificilmente consegue modificar a procura e a escolha pelas carreiras mais valorizadas, uma vez que essas ainda são ocupadas pelo perfil típico dos alunos das universidades publicas: pais escolarizados, brancos, oriundos das regiões metropolitanas etc... (CUNHA, 2011, p. 267).

Com a proposta de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o governo teve como objetivo o disposto no Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, Art. 1º: “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007, p.1).

Este Programa foi instituído pelo Decreto nº 6.096/2007 como uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O Reuni é assim denominado pelo governo Lula, cujo objetivo principal é a ampliação do acesso e permanência na educação superior (MEC, 2009).

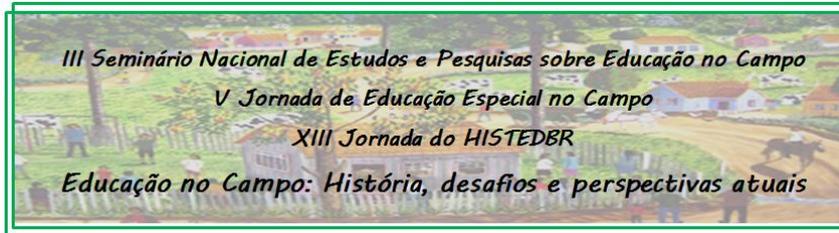
Com base no Reuni, uma série de medidas para a retomada do crescimento no ensino superior público foram adotadas com criação de condições para a expansão física, acadêmica e pedagógica das universidades federais (MEC, 2009).

O Reuni, portanto, vem se constituindo em trunfo do Estado para o ensino superior, porque está inserido em programa amplo, acadêmico, político e estratégico. Dele são esperadas reações por parte das universidades em sua dinâmica de atuação, filosofia de trabalho, bem como nas diretrizes curriculares e estrutura de organização.

É intenção do Reuni é comportar nas universidades federais um contingente de acadêmicos significativo, em especial com horários noturnos de atendimento, fato que presumiu a abertura de novos *campi* em localidades variadas no interior do país.

Na discussão de Cunha, emboramais heterogêneo e democratizado,

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



[...] o ensino superior evidencia a persistência de desigualdades de acesso e de sucesso, visíveis no contraste entre os cursos mais disputados e as carreiras mais privilegiadas, ocupados predominantemente por alunos de origem social mais favorecida e os cursos e áreas menos prestigiadas e com menores promessas de rendimento no futuro, menos seletivos nos requisitos escolares exigidos e onde se encontram os estudantes com menores recursos. (CUNHA, 2011, p. 268)

Quanto a esta implementação opiniões favoráveis e contrárias são percebidas em diferentes instâncias da área educacional. Para uns, ao Reuni caberia popularizar o acesso ao ensino superior por parte de classes populares, mediante medidas que compreende o Prouni, o sistema de reserva de vagas para estudantes negros, indígenas entre outros; os alunos que vêm da rede pública de ensino básico.

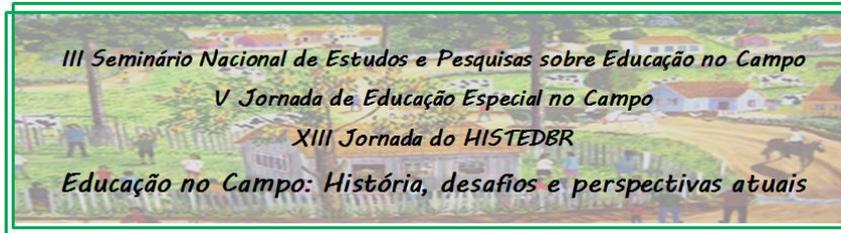
Nas análises de Orso (2007, p.6), na proposta do Reuni o discurso é sobre a necessidade de democratizar o acesso e ampliar o número de vagas na universidade pública, com melhoria da qualidade de ensino. Analisando esta questão em uma perspectiva mais ampla "[...] veremos que a razão maior da reforma se encontra na crise pela qual o capital está sendo submetido e no endividamento externo".

Fica aquém das propostas sociais do Estado, quando verificamos o documento do Ministério da Fazenda, de 13 de novembro de 2003, denominado de Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002, que indica um roteiro para ampla reforma do gasto social no Brasil, esclarecendo que o modelo de financiamento das instituições públicas de ensino superior foi considerado um obstáculo às metas sociais do governo. Em seu teor mais importante, o documento expressa que:

A composição salarial dos estudantes brasileiros é um bom exemplo do que no país 'os mais ricos' se apropriam de uma grande fatia dos gastos públicos na área social. No nível do terceiro grau, o governo estaria destinando aproximadamente 46% de seus recursos, beneficiando 'apenas indivíduos que se encontram entre os 10% mais ricos da população' (SILVA, 2007, p.110-111).

Com percepção similar se manifestaram Cêa e Reis (2006) a respeito do conteúdo do documento Reforma da Educação Superior – Reafirmando princípios e consolidando diretrizes da Reforma da Educação Superior, com divulgação em agosto de 2004.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Cêa e Reis entenderam que:

A ideia de que as propostas do Governo Federal para o ensino superior objetivam a realização de uma ‘reforma’ aqui é rechaçada. O termo reforma é associado à ideia de consertar, restaurar, melhorar, ampliar direitos. Sustentamos que o que se opera, de fato, é uma contra-reforma, uma vez que as propostas apresentadas pelo governo Lula resultarão na deterioração do ensino público, na restrição de direitos (CÊA; REIS, 2006, p.307).

Neste caso, a justiça social assume critérios de iguais oportunidades, cabendo a cada indivíduo, partindo de suas competências e habilidades, conquistar uma vaga nos cursos pós - médio ou nas universidades (CÊA; REIS, 2006).

Entretanto, são visíveis os efeitos da iniciativa do Reuni, com a expansão dos números de vagas em cursos de graduação, ampliação da oferta de cursos noturnos, implantação de novas práticas pedagógicas e no combate à evasão, metas que objetivam redução de desigualdades sociais no país.

Essa redução de desigualdade que norteia as intenções do governo federal com o Reuni se coaduna com a abertura de *campus* em cidades distantes dos principais centros de negócios do país, com pretensão de conceder o dobro das vagas existentes para o acesso ao ensino superior.

Martins (2009) salienta que em 2003 deu-se a reorientação da política educacional, com o fortalecimento do ensino público em especial nas universidades federais. Em 2004, foram colocadas em prática ações para reverter a situação adversa das instituições federais com recuperação do orçamento, implantação de novas unidades, contratação de novos docentes e funcionários mediante concurso público e atualização salarial.

Entendemos que ao disponibilizar o ensino a distância, o Reuni reduz a qualidade do ensino universitário, bem como favorece o acesso de alunos às instituições de ensino superior particulares/privadas, com desvio de investimentos do Prouni na melhoria e construção de mais universidades no Brasil.(ZANCANELLA, 2011, p.141)

Na Cartilha da Frente de Luta contra a Reforma Universitária (2011, p.5), a Reforma em si é definida como “[...] um complicado processo, envolvendo Medidas

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



Provisórias, Decretos, etc., que já estão sendo implementados desde o início do governo Lula”.

É citado como bem antigo, no entanto, o processo de desmonte do Ensino Superior Público. O modo como desvirtuou bandeiras históricas do movimento de educação, é novo, considerando que Lula utilizou-se de um discurso que envolve o conjunto da sociedade na construção dessa Reforma e com base em reivindicações do passado, “Converteu seu sentido para os interesses abusivos do capital financeiro”, desencadeando desorganização dos movimentos à adesão ao atual sistema que atua na lógica da exceção e da exclusão (CARTILHA DA FRENTE DE LUTA CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA, 2011, p.5).

Ou seja: não há mudanças significativas no cenário da educação superior brasileira, mantendo-se em evidência exatamente os critérios que buscam atender as necessidades do mercado e a prevalência dos valores econômicos. O ensino superior universitário, com isso, tem se constituído em produto de comércio, enquanto as ações para que possa cumprir com os direitos sociais que são apregoados pela própria educação ficam restritos. (ZANCANELLA, 2011, p.142)

Paralelamente não percebemos grandes discussões sobre a educação superior universitária e o seu alcance, senão quando focaliza o indivíduo que teve acesso em seu *status* educacional. São esquecidas, nessa discussão, a institucionalidade social que deve caracterizar a universidade e seu papel formador de uma elite intelectual e científica voltada aos objetivos da sociedade.

O Reuni é uma temática ainda em destaque nas discussões sobre o acesso ao ensino superior universitário, porque o Reuni está sendo construído e não permite conclusões acerca dos impactos que a sua implementação promoveu. As alegações justificadas para a expansão e reestruturação das universidades incluem exatamente a dualidade referida no parágrafo anterior: ao focar o futuro do tripé ensino-pesquisa-extensão não se dissocia da relação com o mercado de trabalho, que espera das universidades o fornecimento de um contingente de profissionais qualificados e especializados para o trabalho.

A face que o Reuni permite vislumbrar, por enquanto, é que deu certo ou está dando certo nas metas expansionistas da universidade e no aumento do número de vagas

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015

para o acesso ao ensino superior e as perspectivas de minimização das desigualdades pela distribuição dos novos *campis* em novas cidades do país. A confusão, entretanto, ainda permanece quando não são verificadas inovações quanto ao ensino em si, não há novidades na reestruturação do currículo acadêmico.

Jovem do Campo: a busca por novas possibilidades no ensino superior

Para a pesquisa desenvolvida no período de 2013 a 2014, entrevistamos 26 (vinte e seis) acadêmicos do curso de Pedagogia e Geografia – licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná campus de Francisco Beltrão, que culminou nas sistematizações que aqui se inserem. A pesquisa revelou que todos os entrevistados trabalharam ou trabalham na propriedade rural de seus pais, tiveram a sua trajetória de formação em escolas públicas.

Quadro 1. Perfil dos entrevistados - Acadêmicos

	Total dos entrevistados		exo			Faixa Etária	
	Pedagogia	3		0	F	13	18 -24 anos
	Geografia	3		2	F	11	18 – 25 anos

Quadro 2. Perfil dos entrevistados - Pais

	Total dos entrevistados		Escolaridade			Faixa Etária
	Pai	6	04	3ª. série		48 - 63 anos
			22	4ª. série		
	Mãe	6	02	3ª.série		45 - 56 anos
			01	2ª. série		

Total dos entrevistados	Escolaridade					Faixa Etária
	23	4ª. série				

É interessante notar que as respostas constituem-se em dados significativos de análises, considerando que não aparece nenhum pai analfabeto, bem como ressaltar a ampliação dos anos de estudos dos seus filhos, considerando que frequentam o ensino superior universitário.

Todos os entrevistados salientaram as dificuldades encontradas para o ingresso no curso superior, reforçando a importância das formas diferenciadas de ingresso como fundamental para tal, como discutimos acima, nas reformas universitárias, ressaltam ainda “o esforço” dos pais, para viabilizar o seu ingresso e permanência, considerando que a maioria migra para a cidade, e os pais deixam de contar com o seu trabalho na propriedade, já que a maioria trabalha na agricultura familiar.

Elegemos alguns destes depoimentos onde os pais aparecem como fundamentais na motivação e mobilização, para que seus filhos ingressassem no curso superior, visto que tais depoimentos se justificam por sintetizarem questões frequentemente citadas pelos entrevistados. Quando perguntados Como e por que você se mobilizou para buscar a formação universitária? Quem o auxiliou? Quem o incentivou?

“O fato de querer estudar mais e ter uma formação profissional, meus pais me ajudaram para eu poder parar de sofrer com serviços pesados”. (Acadêmica da Geografia)

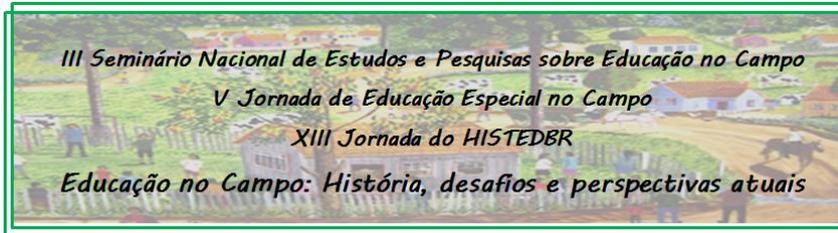
“O gosto pelo curso e por ter uma profissão e meus pais não quererem que eu trabalhe mais na roça”. (Acadêmica da Geografia)

“Partiu de mim mesma e de minha família”. (Acadêmica da Geografia)

“Eu sempre tive como sonho estudar e me formar em algo, a vontade de ser professora também foi crescendo, e meus pais me ajudaram muito para eu conseguir estar aqui”. (Acadêmica da Geografia)

“ Para o futuro, pois a agricultura como está só se mantêm os grandes proprietários e meu pai não tem grande área para manter a família, por isso, também que eles querem que eu estude”. (Acadêmica da Geografia)

Por minha irmã já ter uma formação e por incentivo muito grande por parte de minha mãe. (Acadêmica da Pedagogia).



“Vontade de adquirir conhecimento, crescer cultural e financeiramente. Motivação própria e familiar”. (Acadêmica da Pedagogia)

“Meus pais e depois eu quis ter a formação”. (Acadêmica da Pedagogia)

“Porque desde criança eu gostava de brincar de ser professora e quando terminei o ensino médio eu tive a oportunidade de fazer o vestibular e hoje eu estou fazendo o que mais queria. O que motivou foram meus pais.” (Acadêmica da Pedagogia).

Os pais frisam nos seus relatos que não querem para os filhos, o mesmo tipo de “trabalho sofrido”, que tiveram para garantir a sua sobrevivência, almejam que o filho tem um trabalho socialmente reconhecido, algo que segundo eles não acontece na agricultura. Ao serem questionados sobre o retorno do filho para casa depois de terminado o curso, respondem que gostariam desde que seja para ser professor, na comunidade em que vivem considerando que os acadêmicos entrevistados são dos cursos de licenciatura, mas nenhum dos pais, acha que depois de terminado um curso superior o filho deve voltar para “tirar leite”. Ou seja, a expectativa de conseguir um “bom trabalho” é compartilhada por os todos acadêmicos entrevistados, e também por seus pais os filhos “melhorarem de vida”.

Quando questionados sobre que significado tem a formação superior universitária os discentes responderam:

“É uma continuidade dos meus estudos, sendo essa formação vista como necessária, pois, atualmente é difícil conseguir um bom emprego com o ensino superior, imagine sem o mesmo”. (Acadêmica de Geografia)

“Ter um emprego garantido, gosto pelo curso e por ter uma profissão e não trabalhar mais na roça”. (Acadêmica de Geografia)

“Busca por melhores empregos”. (Acadêmica de Geografia)

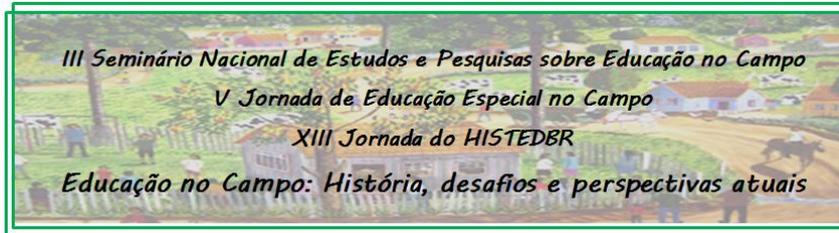
“Ter seu próprio salário, sua profissão, fazer o que a gente gosta”. (Acadêmica de Geografia)

“O principal é o conhecimento que estou absorvendo, e em segundo a oportunidade de emprego quando me formar”. (Acadêmica de Geografia)

“Realização do sonho, conhecimento, mais chance de um bom emprego”. (Acadêmica de Geografia)

“Além de preparar profissionalmente e inserção no mercado de trabalho, possibilita um melhor preparo para a vivência em comunidade”. (Acadêmica de Geografia)

“Ser um homem um pouco mais crítico e dar um passo a mais na minha evolução pessoal e profissional”. (Acadêmico de Geografia)



“Além de um aprendizado melhor, uma chance de emprego. (Acadêmica de Pedagogia)”.

“Em primeiro lugar um objetivo alcançado e depois outras portas se abrindo. (Acadêmica de Pedagogia)”.

“O reconhecimento, pois sair do interior e ingressar em uma faculdade estadual e de grande importância”. (Acadêmica de Pedagogia).

“Boa atuação no mercado de trabalho e formação intelectual”. (Acadêmica de Pedagogia).

Uma análise cabal das entrevistas permite apontar os seguintes pontos, que são destacados e repetidos nas falas dos discentes independente do curso de graduação frequentado Pedagogia ou Geografia – licenciatura:

- Busca por uma formação profissional como meio para obter colocação no mercado de trabalho e, para, não retornar ao trabalho rural, na propriedade da família.
- Busca de conhecimento.
- Desejo de se tornar professor entre outras.

Ao ponderar sobre a participação dos pais dos discentes no contexto investigado fica evidente que:

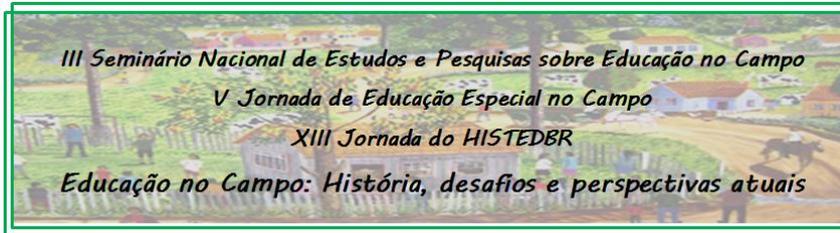
- Os pais ofereceram importantes estímulos e oportunidade para o ingresso no ensino superior.
- Os pais desejam aos filhos uma vida melhor, oportunidades melhores do que as atividades no campo poderiam oferecer.

Alguns pais gostariam que os filhos retornassem ao campo apenas no papel de professor na comunidade em que vivem.

Considerações Finais

A pesquisa teve como objetivo, avaliar a percepção dos discentes oriundos do campo sobre a oportunidade de ingressar em uma universidade pública a partir dessas questões iniciais é que se definiram os objetivos desta investigação: discutir e analisar que significado tem para os pais e jovens oriundos do campo a formação universitária buscando a compreensão sobre os significados que essa formação tem para esses sujeitos, a partir das características atribuídas, por eles, a ela.

Considerando as dificuldades que os jovens oriundos do campo encontram para ingressar na universidade pública, verificam-se resultados significativos, mesmo que as



políticas elitizantes continuem a ser implementadas na universidade, algumas ações repercutem em experiências novas no espaço social da universidade.

As razões acima expostas nos fizeram assumir como finalidade investigar a formação superior universitária dos jovens oriundos do campo, por meio do reconhecimento da relação totalidade e particularidade, analisando essa relação como motora da experiência autêntica da educação e como instituidora do complexo em que a educação se encontra. Para tanto, foi necessário esforço de apreender as categorias sociais nas respostas a entrevista para a ordenação das categorias analíticas.

Esse movimento colaborou para entender que algumas das nossas suposições iniciais encontravam-se parcialmente corroboradas; primeiramente é que o desejo dos pais e dos jovens buscar a formação superior universitária para sair do campo e não permanecer nesse espaço como pressupõe o conceito de Educação do Campo. O jovem não busca a sua formação pensando na melhoria da sua vida no campo e sim de viver na cidade e também como forma de qualificação para a entrada no mercado de trabalho.

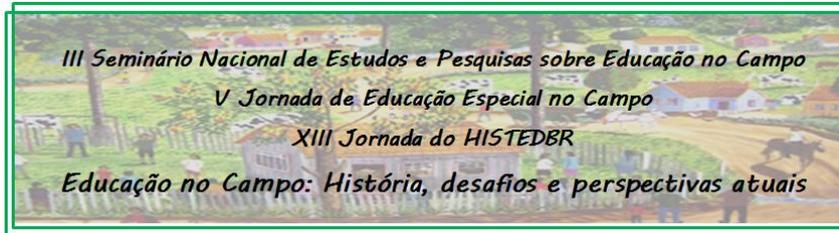
Nas escolas rurais, não se confirma a presença de graduandos no exercício das atividades em sala de aula, mas desempenhando funções na cidade.

Ainda, a trajetória da investigação apresentou elementos que, inicialmente, não estavam sequer delineados.

Avaliamos as ações dos pais de estímulos e oportunidades na conquista da formação superior universitária de seus filhos são fundamentais embora esses pais não tenham sequer concluído a sua escolarização nas séries iniciais do ensino fundamental.

Por fim, compreendemos em nosso estudo que as necessidades e os interesses da população do campo exigem debruçar-se sobre uma estratégia política diferenciada, com um olhar voltado a um modelo de desenvolvimento que agregue sustentabilidade e qualidade, considerando imprescindível que às famílias que continuem suas atividades nas áreas rurais e sejam oportunizadas novas formas de produção e de sobrevivência. A educação, contudo, é diferenciada e exige um projeto voltado para os trabalhadores do campo, respeitando o tempo e a cultura local.

Nessa perspectiva a universidade não é apenas um local de transmissão de conhecimentos, mas de produção e sistematização. A perspectiva teórica da



universidade e educação relaciona-se com a ideia de democratização das práticas sociais e nelas as práticas educativas.

Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Apresentação. In: _____. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.p.7-18.

_____. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, p.28-49, jan./jun. 2003.

_____. Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Caderno Cedes**, v. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.

BANDEIRA Luiz A. Moniz. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Brasília: Renavan, 1991.

BRASIL. **Censo da Educação Superior**, INEP/MEC, 2010.

BRASIL. **Aprimoramento da sistemática de gestão do Ministério da Educação – MEC em seus processos de formulação, implantação e avaliação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 5 nov. 2009.

BRASIL. **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007**. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

BRASIL. **Censo da educação superior 2010: divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2010**. Brasília, DF: Ministério da Educação – Inep, out. 2011.

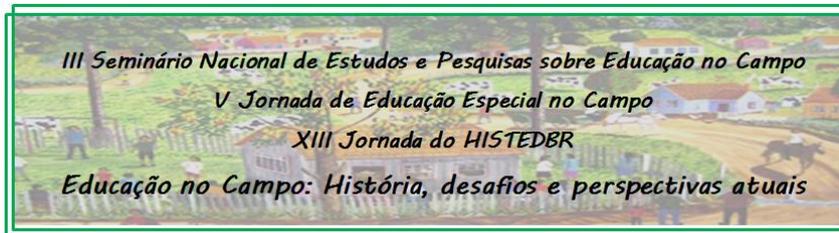
CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: **Por Uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. v. 4. Brasília, 2002, p. 25-36.

_____. Movimento Sem Terra: Lições de Pedagogia. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n1, p.50-59, jan./jun. 2003.

_____. **Pedagogia do movimento sem terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARTILHA DA FRENTE DE LUTA CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA. **Reforma Universitária: o desmonte da educação pública**. Disponível em:

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



<[http://www.adufpa.org.br/arquivos/File/cartilhas/Cartilha Reforma Universitaria.pdf](http://www.adufpa.org.br/arquivos/File/cartilhas/Cartilha_Reforma_Universitaria.pdf)>
, 13 jul. 2011. Acesso em: 03 maio. 2015.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A Reforma da educação superior no Brasil nos anos 90**: diretrizes, bases e ações. In: CATANI, A. M.; OLIVEIRA, R. P. (org.). Reformas educacionais em Portugal e no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FÁVERO, Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR; Carlos Benedito Martins. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

FERNANDES, Bernardo M.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli Saete. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Saete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.p.19-160.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Exclusão e/ou Desigualdade Social?** Questões teóricas e político-práticas. Cadernos de Educação: FaE/PPGE/UFPeL, Pelotas, set/dez 2010. p. 417-442.

_____. Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: MUNARIM, Antônio; CONTE, Soraya Franzoni; PEIXER, Zilma (Orgs.) **Educação do Campo**: reflexões e perspectivas. Florianópolis: Insular, 2010.p.19-46.

JESUS, Sônia Meire Azevedo de. Questões Paradigmáticas da Construção de um Projeto Político de Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por uma Educação do Campo, Caderno n. 5).

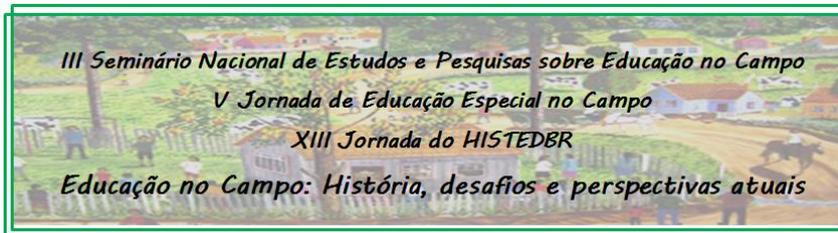
KOLLING, Edgar Jorge (org.). **Por uma educação básica no campo**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

MOLINA, Mônica Castanga e JESUS, Sônia Meire Azevedo de. **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

ORSO, Paulino. Apresentação. In: _____. (Org.) **Educação, sociedade de classes e reformas universitárias**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.p.1-8.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo**: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



_____. Educação do campo: ações governamentais no Estado do Paraná. VII Congresso Nacional de Educação – Educere. **Anais** p.401-412, 2007. Disponível em: <www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento>. Acesso em: jul. 2011.

_____. O movimento da Educação do Campo, as tensões na luta por um direito social e os sinais da construção de políticas públicas. **Eccos Revista Científica**, v.11, n.1, p.39-56, jan./jun., 2009.

_____. **Educação e movimentos sociais do campo**: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2007. Curitiba: Editora da UFPR, 2010.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

UNESCO. **Ensino médio, ensino técnico e ensino superior**. Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/Brasil/contextonacionalEDU/contextoEDUensino>>. Acesso em: 7 maio. 2015.

ZANCANELLA, Yolanda. **Cursos Superiores Universitários**: Formação dos educadores do campo. 2011. 318f. Tese [Doutorado em Educação] Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 2011}.